

SindiPúblicos

Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo

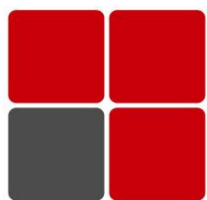
Fundado em 31 de janeiro de 1989 - Registro MT - DRT-ES 24.200.001 425/89 - CNPJ 32.478.356/0001-21

EXCELENTÍSSIMO RESPONSÁVEL PELO CONSELHO TUTELAR DE VITÓRIA-ES

SINDICATO DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS DO ESPÍRITO SANTO – SINDIPÚBLICOS, entidade sindical de classe profissional, devidamente constituída e autorizada expressamente por força estatutária, CNPJ nº 32.478.356/0001-21, sediada na Rua Gama Rosa, nº 111, Centro, Vitória-ES, CEP 29.015-100, vêm à presença de Vossa Senhoria, considerando o disposto no artigo 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente, **informar e pedir as providências cabíveis** a este Conselho sobre a situação que segue:

Por meio do EDITAL Nº 001/2016 – IASES e do EDITAL Nº 002/2016 – IASES (anexos), O Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo – IASES, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, fez saber que fará Processo Seletivo para Contrato Administrativo de Prestação de Serviço em Caráter Temporário, com formação de cadastro de reserva, para os cargos de Agente Socioeducativo (EDITAL Nº 001/2016 – IASES) e Analista de Suporte Socioeducativo (funções: Administrador, Contador e Economista); Nutricionista Socioeducativo, Assistente Social Socioeducativo, Pedagogo Socioeducativo, Psicólogo Socioeducativo, Terapeuta Ocupacional Socioeducativo, Técnico Socioeducativo (Função: Técnico em Edificações) (EDITAL Nº 002/2016 – IASES).

Entretanto, como se demonstrará a seguir, o processo seletivo afronta princípios e determinações do Sistema de Atendimento Socioeducativo – SINASE, consequentemente, a Lei 12.594/2012, que institui o Sistema e regulamenta a execução das medidas



SindiPúblicos

Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo

Fundado em 31 de janeiro de 1989 - Registro MT - DRT-ES 24.200.001 425/89 - CNPJ 32.478.356/0001-21

socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, bem como todo o cabedal legal que constitui a doutrina da proteção integral de crianças e adolescentes.

Conforme o tópico “8 – DO PROCESSO SELETIVO” de cada um dos editais, compreende-se como processo de seleção:

EDITAL Nº 001/2016 –IASES:

8.1.1. Etapa 01: Entrega e Análise de Documentação comprobatória da Experiência e Qualificação Profissional: Nesta etapa será avaliada a condição de habilitação do candidato por meio da análise da documentação. Os candidatos serão convocados para a entrega dos documentos comprobatórios, por meio de publicação no Diário Oficial e no site www.selecao.es.gov.br.

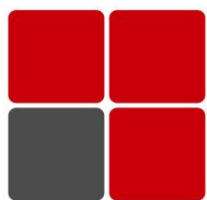
8.1.2. Etapa 02: TAF – Teste de Aptidão Física – Esta etapa terá caráter eliminatório e classificatório e visará testar a aptidão física do candidato para exercer a função de agente socioeducativo.

EDITAL Nº 002/2016 –IASES:

8.1.1. Entrega de Documentação comprobatória da Experiência e Qualificação Profissional dos candidatos classificados e convocados: Será avaliada a condição de habilitação do candidato, por

meio da análise da documentação. Os candidatos serão convocados para a entrega dos documentos comprobatórios de acordo com a necessidade do IASES, por meio de publicação no Diário Oficial e no site www.selecao.es.gov.br.

Como se vê, os editais desconsideram completamente as Diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.



SindiPúblicos

Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo

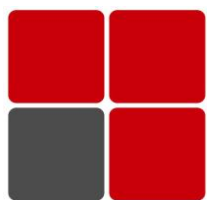
Fundado em 31 de janeiro de 1989 - Registro MT - DRT-ES 24.200.001 425/89 - CNPJ 32.478.356/0001-21

O SINASE foi instituído pela Lei 12.594/2012, sendo, na definição da Lei “o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei”.

No documento que estabelece as diretrizes do Sistema¹, constam os requisitos para a execução de medidas socioeducativas. Entre esses requisitos, estão os que regem – ou deveriam reger – a contratação de pessoal:

5.2. Recursos Humanos

Os recursos humanos devem ser pensados e estruturados de maneira que realizem ações conseqüentes tanto na seleção de pessoal quanto na formação continuada, enquanto instrumentos que venham a garantir a qualidade do atendimento. O requisito indispensável para quem pretende estabelecer com os adolescentes uma relação de ajuda na busca da superação de seus impasses e dificuldades refere-se ao perfil do profissional, principalmente no que diz respeito à qualidade e habilidades pessoais na inter-relação com esse adolescente, pautados nos princípios dos direitos humanos definidos no SINASE. A contratação de pessoal vinculada a um processo seletivo é fundamental na organização dos recursos humanos das Unidades de atendimento socioeducativo. Para tanto, deve seguir as seguintes etapas seletivas: avaliação de currículo, prova seletiva, os conteúdos sobre o direito da criança e do adolescente (fundamentos jurídicos, políticos, sociológicos, éticos, pedagógicos, filosóficos e históricos da socioeducação, política de atendimento à infância e juventude e regimes de atendimento), métodos e técnicas da ação socioeducativa; entrevista e dinâmicas de grupo que favoreçam a expressão pessoal e exames médicos admissionais. Além disso, é importante implantar um plano de carreira para



SindiPúblicos

Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo

Fundado em 31 de janeiro de 1989 - Registro MT - DRT-ES 24.200.001 425/89 - CNPJ 32.478.356/0001-21

que os funcionários tenham oportunidade de crescimento no desempenho de suas funções.

5.2.1. Composição do quadro de pessoal Para a composição do quadro de pessoal do atendimento socioeducativo nas entidades e/ou programas deve-se considerar que a relação educativa pressupõe o estabelecimento de vínculo, que por sua vez depende do grau de conhecimento do adolescente. Portanto, é necessário que o profissional tenha tempo para prestar atenção no adolescente e que ele tenha um grupo reduzido destes sob sua responsabilidade.

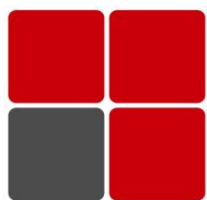
Sendo assim, o SINASE prevê a composição mínima do quadro de pessoal em cada modalidade de atendimento socioeducativo.

Desse modo, tem-se que os processos seletivos previstos nos editais em comento contrariam frontalmente as diretrizes estabelecidas para a gestão do sistema socioeducativo, desconsiderando, pois, a construção legal e axiológica que tange ao tema.

As regras que definem requisitos para o trato com adolescentes - desde a Constituição de 1988, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, até as Diretrizes do SINASE - se inserem todas no bojo do inafastável e indisponível Princípio da Proteção Integral. Tem-se, pois que é inadmissível que o governo estadual opte por abrir mão de requisitos e orientações que visem a consecução desse princípio e do que ele representa no contexto da ordem jurídica brasileira sob a égide da Constituição Cidadã.

Nos processos seletivos lançados pelo IASES e sobre os quais se pede providências, duas afrontas aos requisitos trazidos nas Diretrizes do SINASE merecem ser destacadas: a ausência de etapas consideradas fundamentais no processo seletivos e a precariedade dos contratos impossibilidade de uma continuidade do trabalho que permita uma formação adequada, com aquisição e amadurecimento gradual dos processos de trabalho e criação de vínculos com os atendidos.

¹Disponível em <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>



SindiPúblicos

Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo

Fundado em 31 de janeiro de 1989 - Registro MT - DRT-ES 24.200.001 425/89 - CNPJ 32.478.356/0001-21

Como se verifica nos editais, somente se prevê a entrega de documentos e, para o caso de agentes socioeducativos, teste de aptidão física. As fases de prova seletiva, com conteúdos de conhecimento indispensável para quem trabalho no sistema socioeducativo, bem como a realização de entrevistas e dinâmicas de grupos foram suprimidas, impossibilitando qualquer verificação de adequação do candidato às funções a serem realizadas.

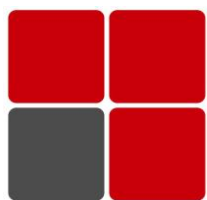
Ademais, sendo o contrato de trabalho de apenas 1(um) ano, o treinamento e a ambientação exigidas pela complexidade do trabalho de modo nenhum poderão ser alcançados.

Assim, os editais lançados pelo IASES, instituição integrante da Secretaria de Estado da Justiça, além de violar o artigo 37, incisos II e IX, da Constituição Federal e a Lei Complementar Estadual 809/2015, pela inexistência de requisitos que justifiquem a contratação temporária, também violam as normas e princípios que tangem a proteção integral de crianças e adolescentes.

Além das normas que regem a contratação de servidores pela Administração, com a edição dos editais em desconformidade com as diretrizes do SINASES o Instituto socioeducativo, a secretaria de justiça e o governo estadual conseguem violar, ao mesmo tempo, o artigo 227 da CF e os artigos 1º, 70, 70-A, III, 94-A e 100, II da Lei 8.069/1990.

É publico e notório que o Governo do Espírito Santo escolheu burlar permanentemente e de forma injustificada o princípio do concurso público, realizando contratações temporárias para cargos e funções de caráter permanente na estrutura estadual, desconsiderando a previsão Constitucional, a Legislação estadual que rege a matéria e, mesmo, decisões do E. STF que ordenam o contrário, caso das ADI's 2229/ES e 3034/ES relatadas pelos Ministros Carlos Velloso, e Ricardo Lewandowski, respectivamente.

Entretanto, mesmo cientes dessa escolha, causa espanto e admiração que essa escolha se mantenha mesmo em situações em que ela se apresenta extremamente temerária. Intenta-se colocar profissionais com vínculos precários, sem dispor de tempo necessário



SindiPúblicos

Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo

Fundado em 31 de janeiro de 1989 - Registro MT - DRT-ES 24.200.001 425/89 - CNPJ 32.478.356/0001-21

para o adequado treinamento e ambientação com as funções, para fazer guarda e atendimento de menores que já vivem em situações de risco, exposição e violência cotidiana.

O governo estadual escolhe abrir mão de buscar a adoção de soluções que deem às crianças e adolescentes que praticaram algum tipo de ato infracional possibilidade de receber atenção e atendimento adequados que coloquem em seus horizontes soluções outras que não as tortuosas a eles já precocemente apresentadas.

Desse modo, necessária a atuação do Conselho no sentido de buscar o controle dos atos administrativos que autorizam as contratações ilegais e descumprem princípios e normas Constitucionais que dizem respeito à proteção integral de crianças e adolescentes.

São os termos em que representa e pede providências.

Vitória, 14 de Junho de 2016

Marcos Gomes Ribeiro

OAB/ES 21.094